
Xatara C.; Bevilacqua, C. R. e Humblé, P. R. M. (Orgs.) *Dicionário na teoria e na prática: como e para quem são feitos*, São Paulo: Parábola Editorial, 2011, 190 p.

O recém-publicado *Dicionários na teoria e na prática: como e para quem são feitos* trata, como

o próprio título anuncia, da discussão sobre o fazer dicionarístico sob os pontos de vista de quem faz, estuda e o utiliza. O livro, organizado por três especialistas em dicionários, é dividido em três capítulos.

O primeiro, *Conversando com quem faz: a prática lexicográfica, o trabalho do dicionarista*, Francisco da Silva Borba e Mauro de Salles Villar respondem às questões relativas ao

dia a dia do lexicógrafo. Em que consiste o trabalho, os principais percalços, o avanço tecnológico na elaboração de dicionários etc. são alguns dos pontos abordados pelos estudiosos. Nesse aspecto, importante ressaltar o valor do gênero entrevista no decorrer da obra, no sistema de perguntas e respostas, pois auxilia o leitor a se situar e a enxergar o além do léxico. Nessa direção está a afirmação do diretor do Instituto Antônio Houaiss, Mauro de Sales Villar, que procura conceituar o trabalho do dicionarista: “O lexicógrafo [...] deve dominar os métodos de seleção do vocabulário que comporá cada obra, a classificação de tais vocábulos em áreas de conhecimento ou da ação humana, as suas gramática e sintaxe [...] descrevendo com maior exatidão possível os seus significados” (p. 18).

O segundo capítulo, *Conversando com estudiosos da lexicografia, questões teóricas e genéricas*, traz, com a professora Maria Cândida Trindade Costa de Seabra (UFMG) e o professor Herbert Andreas Welker (UnB), um rico enfoque no que tange à

metalexigrafia. Em relação a esse ponto, Welker atenta para a importância do dicionário para uma comunidade linguística, mas também faz um alerta. “[...] os dicionários, que são repositórios de uma maior ou menor parte do léxico, são extremamente importantes para as respectivas comunidades linguísticas, mas os usuários devem estar conscientes de que eles não são infalíveis” (p. 37).

Na sequência deste mesmo capítulo, *Questões teóricas e específicas*, as professoras Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa e Claudia Zavaglia (Unesp) abordam a questão das entradas homônimas, como elas devem ser organizadas e qual a principal informação a ser apresentada pelo dicionarista. Segundo Zavaglia, existe uma lacuna, por parte dos lexicógrafos, no conceito de homonímia. “Falta aos lexicógrafos uma maior precisão sobre a definição de homonímia [...] e sua base teórico-metodológica, esclarecendo como tratou os itens homônimos na nomenclatura de seu dicionário” (pp. 42-44).

O critério para a utilização de arcaísmos, palavras raras ou de pouco uso também é exposto no segundo capítulo e, de acordo com José Horta Nunes (Unesp), um tom enciclopédico pode auxiliar “contemplando, conforme o caso, desde as condições históricas de aparecimento da palavra, até mecanismos linguísticos de sua formação, etimologias e variantes gráficas” (p. 51).

Ainda neste capítulo, rico de exemplos, parte-se para os lusitanismos, africanismos, regionalismo, e os critérios para a inserção desses itens e quais informações devem ser apresentadas sobre eles. Suzana Cardoso (UFBA), Yêda Pessoa de Castro (UFBA) e Aparecida Negri Isquerdo (UFMS) respondem na entrevista que estão de acordo no que diz respeito ao cuidado com os regionalismos, pois, muitas vezes, a palavra empregada em uma determinada região pode ser utilizada em outra e, ainda, ter uma origem lusitana ou africana. Por isso, no entender de Isquerdo, para os regionalismos “além dos *corpora* de língua escrita, dados colhidos de atos reais de

fala também são muito úteis para atestar o uso de uma unidade lexicai” (p. 62).

Tratando-se de antropônimos e topônimos, para Claudio Cezar Henriques (UFRJ), eles deveriam ser abarcados em publicações segmentadas/específicas, e não em dicionário gerais. “No entanto, caso se decida incluí-los, um critério bastante objetivo seria considerar os antropônimos e topônimos registrados por escrito em publicações gerais” (p. 75). Sobre as colocações, “combinações lexicais recorrentes, arbitrárias, em geral não idiomáticas cujos constituintes são contextualmente restritos” (pp. 87-90), Stella Tagnin (USP) vê a base delas como informação importante nas entradas lexicográficas, pois é o componente mais conhecido.

Outro ponto abordado no denso capítulo dois diz respeito ao dicionário bilíngue de codificação e decodificação. E o que seria uma obra de codificação e outra de decodificação? Para Magali Sanches Duran (Unesp): “Um dicionário bilíngue de codificação é uma obra onde o usuário procura informações sobre

como expressar em língua estrangeira dada ideia ou conceito. [...] Já um dicionário bilíngue para decodificação é uma obra onde o usuário procura descobrir o significado de palavras e expressões de língua estrangeira” (p. 97).

Dirigindo-se às perguntas de cunho pedagógico, em *Questões de lexicografia pedagógica*, são discutidos o objeto de estudo dessa lexicografia, os princípios que a norteiam e qual dicionário deve ser considerado como didático. Segundo Maria da Graça Krieger (UFRGS), o que importa, nesse campo é “uma obra cuja estrutura deve ser determinada em função do consulente visado” (p. 110).

O uso sistemático do dicionário como ferramenta pedagógica em lições de língua materna e estrangeira deve ser visto como uma forma de agregar conhecimento e, na opinião de Félix Valentín Bugueño Miranda (UFRGS): “o dicionário é um instrumento extremamente útil no processo de ensino-aprendizagem, tanto na língua materna como na língua estrangeira. Estimula, além do maior ganho de competência linguística, a

chamada ‘autonomia na aprendizagem’, tão pregada na didática moderna” (pp. 124-125).

Para finalizar o longo e detalhado capítulo II, o tema tratado é com relação à obra terminográfica e lexicográfica. A primeira elabora dicionários para áreas técnicas e especializadas. Lidia Almeida Barros (Unesp) e Anna Maria Becker Maciel (UFRGS) veem obstáculos na produção de dicionários terminográficos, em função da falta de peritos na área e afirmam que há uma lacuna nesse setor e: “As raras obras produzidas de acordo com pressupostos linguísticos que se podem encontrar nas nossas livrarias são de autoria de docentes dos programas de pós-graduação que desenvolvem pesquisa na área de terminologia” (p. 149).

No terceiro e último capítulo, *Conversando com usuários*, oito pessoas, em sua maioria tradutores e professores, são questionadas sobre: dúvidas que motivam a consulta aos dicionários; aspectos da obra menos satisfatórios; critérios para a qualificação e se o dicionário é importante por qual razão. Críticas quanto às fon-

tes literárias, tamanho da fonte, falta de expressões idiomáticas, indicação da região de origem de determinada palavra, falta de sinônimos em língua portuguesa de vocábulos de outros idiomas etc. são feitas aos dicionários, porém, todos eles são unânimes em afirmar que as obras são indispensáveis, pois como afirma um dos entrevistados, o tradutor João Azenha Júnior: “Os dicionários são e continuarão sendo importantes na formação do estudante de língua estrangeira e também de tradução, sobretudo por aquilo que – em sua diversi-

dade de formas – são capazes de registrar” (p. 170).

Após este percurso pelos capítulos do livro, gostaria de concluir dizendo que ele é uma ferramenta muito útil para os estudiosos da área, especialmente os iniciantes, mas também para os já experientes, pois a abordagem geral dos escritos/entrevista serve para enriquecer as reflexões dos especialistas e abre caminhos que podem engrandecer pesquisas futuras.

Gustavo Guaita
UFSC